



Câmara Municipal de Pirai  
Estado do Rio de Janeiro

*Medeiros*  
Câmara Municipal de Pirai  
Protocolo nº *00380*  
12 MAR 2018  
Livro \_\_\_\_\_ Fís. \_\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº *33* /2018.

C.M.P. - PIRAI - RJ  
Processo nº *00380*  
Rubrica *Medeiros* Fís. *02*

***"Dá nova redação ao art. 98 da Lei nº 964, de 11 de agosto de 2009, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores do Município de Pirai".***

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAI,

DECRETA:

***Art. 1º Esta lei altera a redação do art. 98 da Lei nº 964, de 11 de agosto de 2009, que instituiu o regime jurídico estatutário dos servidores públicos municipais, para readequá-lo à Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016, que "dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012".***

***Art. 2º O art. 98 da Lei nº 964, de 11 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:***

***"Art. 98. Ao servidor que se tornar pai, será concedida a licença de 20 (vinte) dias úteis, sem prejuízo de sua remuneração, mediante prévia ou subsequente apresentação de certidão de nascimento do filho."***

***"Parágrafo único. Igual licença será concedida ao servidor público nos casos de adoção ou guarda judicial de menor de sete anos, mediante apresentação de documentação hábil."***

***Art. 3º Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação.***



### JUSTIFICATIVA

*A ampliação da licença-paternidade tem por finalidade "apresentar um primeiro passo para a sensibilização da sociedade no que diz respeito à nova constituição familiar e à divisão de responsabilidades no desenvolvimento dos filhos". A proposta visa, ainda, a estabelecer como tarefa do Poder Público o esforço de reduzir os encargos da maternidade para a mulher, que não deve ser a única responsabilizada pelo cuidado dos filhos e da família.*

*Desta forma, o presente projeto de Lei visa adequar a redação do art. 98 da Lei nº 964/2009, à Lei Federal n.º 13.257/2016; especialmente quanto ao art. 38, o qual estendeu o tempo de licença-paternidade para 15 dias, além dos 5 dias já previstos por Lei, conforme redação a seguir:*

*Art. 38. Os arts. 1º, 3º, 4º e 5º da Lei n.º 11.770, de 9 de setembro de 2008, passam a vigorar com as seguintes alterações:*

*"Art. 1º É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a Prorrogar:*

*I-*

.....  
....

*II- por 15 (quinze) dias a duração da licença-paternidade, nos termos desta Lei, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."*

*Conto com a aprovação dos colegas.*

*SALA DAS SESSÕES, em 12 de março de 2018.*

  
PAULO CÉSAR LEANDRO SIMPLÍCIO  
-Vereador-